

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

Aos 4 dias do mês de outubro de 2023, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte - 9h30

Audição do Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e do Senhor Secretário de Estado da Economia, Pedro Cilínio, a [requerimento do Grupo Parlamentar do BE](#), sobre a situação dos trabalhadores da Autoeuropa como consequência da decisão da empresa de suspensão da produção;

II Parte - 12h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 65, de 27 de setembro de 2023;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª \(Cidadãos\)](#) - Alargamento da Licença Parental inicial;

Relatora: Deputada Cristina Sousa (PS)

- [Projeto de Lei n.º 207/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Regime de compensações para os cidadãos lesados pelos atrasos no pagamento das pensões de velhice em relação aos prazos legalmente previstos;

Relatora: Deputada Paula Reis (PS)

- [Projeto de Lei n.º 315/XV/1.ª \(CH\)](#) - Prorrogação da medida extraordinária de apoio de € 125,00 a titulares de rendimentos e prestações sociais por um período de seis meses;

Relator: Deputado Jorge Gabriel Martins (PS)

- [Projeto de Lei n.º 323/XV/1.ª \(CH\)](#) - Altera o Código de Trabalho no sentido de conferir uma maior autonomia aos trabalhadores em casos de transmissão de estabelecimento;

Relator: Deputado Fernando José (PS)

- [Projeto de Lei n.º 374/XV/1.ª \(L\)](#) - Estabelece 25 dias úteis como período mínimo de férias;

Relator: Deputado Fernando José (PS)

4. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª \(PS\)](#) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida;

5. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

A)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com carácter de urgência, dos anteriores Provedor e Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho e João Pedro Correia, bem como da anterior Administradora, Filipa Klut, sobre «os factos e acontecimentos que deram origem à atual situação problemática da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;
- B)
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com carácter de urgência, da Associação Profissional dos Trabalhadores das Pedreiras e da Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões do Instituto da Segurança Social, I. P., sobre a aplicação aos trabalhadores das pedreiras do regime jurídico de antecipação da idade legal de reforma;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição, com carácter de urgência, da Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICCOM) e da Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões do Instituto da Segurança Social, I. P, sobre «o regime específico de acesso à reforma antecipada sem penalização dos trabalhadores das pedreiras»;
- 6. Discussão e votação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura;
- 7. Outros assuntos.

Aberta a reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:

I Parte - 9h30

Audição do Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e do Senhor Secretário de Estado da Economia, Pedro Cilínio, a [requerimento do Grupo Parlamentar do BE](#), sobre a situação dos trabalhadores da Autoeuropa como consequência da decisão da empresa de suspensão da produção;

A Senhora Presidente deu as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e do Senhor Secretário de Estado da Economia, Pedro Cilínio, explicitando o objeto da audição, bem como a metodologia que seria adotada.

Para apresentação do requerimento, que motivou a presente audição, tomou da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), seguindo-se a intervenção inicial dos Senhores Secretários de Estado.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Fernando José (PS), Nuno Carvalho (PSD), Jorge Galveias (CH), José Moura Soeiro (BE) e Bruno Dias (PCP), tendo os Senhores Secretários de Estado respondido, a final, e de forma sucessiva, ao conjunto das questões colocadas.

Depois de o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) ter solicitado um esclarecimento adicional, prontamente prestado pelo Senhor Secretário de Estado do Trabalho, a Senhora Presidente da CTSSI deu a audição por concluída, agradecendo aos Senhores Secretários de Estado pela presença e esclarecimentos prestados e às Senhoras e aos Senhores Deputados pelas questões colocadas, destacando o 'clima de paz social' que reinava na Comissão.

A audição foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II Parte - 12h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 65, de 27 de setembro de 2023;

A ata identificada em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP da IL.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

No presente ponto, a Senhora Presidente comunicou a baixa à Comissão do [Projeto de Lei n.º 914/XV/2.ª \(CH\)](#) — Atualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 900, para o qual foi designada relatora a Senhora Deputada Ana Bernardo (PS).

De seguida, a Senhora Presidente anunciou a baixa à Comissão, em conexão, do [Projeto de Lei n.º 934/XV/2.ª \(CH\)](#) — Criação do Programa Fixar - Incentivo aos jovens portugueses a fixarem-se em Portugal, sendo competente, em primeira linha, a Comissão de Orçamento e Finanças.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

Para encerrar este ponto, a Senhora Presidente comunicou a baixa do [Projeto de Resolução n.º 924/XV/2.ª \(PCP\)](#) — Aumento das reformas e pensões no ano de 2024, tendo o GP do PCP informado que pretendia ver a iniciativa discutida em Plenário.

3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Todos os relatórios abaixo indicados foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do GP da IL.

- [Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª \(Cidadãos\)](#) - Alargamento da Licença Parental inicial;

A Senhora Deputada Cristina Sousa (PS) apresentou o seu [relatório](#) sobre o Projeto de Lei n.º 855/XV/1.ª (Cidadãos), explicando sumariamente o objeto da iniciativa e dando nota dos contributos que foram recebidos. Fez ainda menção a [audição da Comissão representativa dos cidadãos subscritores deste projeto de lei](#), ocorrida no dia 27 de setembro de 2023. Terminou informando que reservaria a sua opinião para o debate em Plenário e afirmando que se encontravam reunidos os requisitos necessários à apreciação da iniciativa naquela sede.

- [Projeto de Lei n.º 207/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Regime de compensações para os cidadãos lesados pelos atrasos no pagamento das pensões de velhice em relação aos prazos legalmente previstos;

A Senhora Deputada Paula Reis (PS) fez uma breve exposição do seu [relatório](#) sobre o projeto de lei acima mencionado, referindo-se ao objeto da iniciativa e informando que não haviam sido recebidos contributos sobre a mesma. Aderindo o conteúdo da nota técnica, nos termos do artigo 139.º do RAR, comunicou que reservaria a sua opinião para o debate em Plenário. Terminou dando nota das conclusões do relatório, das quais se destaca a de que se encontram reunidos os requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários à apreciação da iniciativa pelo Plenário.

- [Projeto de Lei n.º 315/XV/1.ª \(CH\)](#) - Prorrogação da medida extraordinária de apoio de € 125,00 a titulares de rendimentos e prestações sociais por um período de seis meses;

O Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) apresentou o [relatório](#), da sua lavra, sobre o Projeto de Lei n.º 315/XV/1.ª (CH), explicitando, de forma sucinta, o seu objeto. Não tendo sido recebido contributos, disse aderir ao conteúdo da nota técnica, conforme

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

previsto no artigo 139.º do RAR. Informou que reservaria a sua opinião para o debate em Plenário, afirmando que se encontravam reunidos os requisitos necessários à apreciação do projeto de lei naquela sede.

- [Projeto de Lei n.º 323/XV/1.ª \(CH\)](#) - Altera o Código de Trabalho no sentido de conferir uma maior autonomia aos trabalhadores em casos de transmissão de estabelecimento;

Na qualidade de relator, o Senhor Deputado Fernando José (PS) apresentou o [relatório](#) sobre o Projeto de Lei n.º 323/XV/1.ª (CH), referindo, de forma abreviada, o conteúdo da iniciativa. Seguidamente, deu nota de que tinha sido desencadeada a apreciação pública do projeto de lei, tendo sido recebidos contributos, consultáveis na [página da iniciativa](#), no *site* do Parlamento. Terminou informando que reservaria a sua opinião para a discussão em Plenário e afirmando que se verificavam os requisitos necessários à apreciação do projeto de lei naquela sede.

- [Projeto de Lei n.º 374/XV/1.ª \(L\)](#) - Estabelece 25 dias úteis como período mínimo de férias;

O Senhor Deputado Fernando José (PS) apresentou [relatório](#), da sua autoria, sobre o Projeto de Lei n.º 374/XV/1.ª (L), aludindo, sucintamente, ao seu objeto. Referiu, depois, o período de apreciação pública da iniciativa, bem como os contributos que foram rececionados, e que estão disponíveis para consulta na [página da iniciativa](#), no *site* do Parlamento. Nas conclusões, disse estarem reunidos os requisitos necessários à discussão do projeto de lei em Plenário, momento para o qual reservaria a sua opinião.

4. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª \(PS\)](#) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida;

Previamente à discussão e votação «artigo a artigo», os Senhores Deputados Francisco César (PS) e José Moura Soeiro (BE), bem como a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), emitiram declarações iniciais, cujo conteúdo integral pode ser consultado através da [gravação áudio](#)¹ da reunião, que faz parte integrante desta ata, dispensando o seu desenvolvimento mais aprofundado. Sem prejuízo, sintetizando as principais mensagens de cada uma das intervenções, quer o GP do PSD, quer o GP do

¹A partir dos minutos 17:56.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

BE, assinalaram que o Projeto de Lei n.º 852/XV/1.ª (PS) apresentava um conteúdo muito idêntico à [Proposta de Lei n.º 93/XV/1.ª \(ALRAA\)](#) — *Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade*, que fora rejeitada na generalidade pelo GP do PS. No que respeita às propostas de alteração, salientaram a necessidade da solução que viesse a ser aprovada abranger as situações de procriação medicamente assistida. Já o GP do PS disse que o respetivo Grupo Parlamentar não pretendia «retirar os louros» da iniciativa original, mas sim encontrar a melhor solução, sublinhando que a justificação de falta para acompanhamento de grávidas que tivessem necessidade de se deslocar entre ilhas já existia, o que estava em causa era criar um subsídio de apoio estatal, pois, até aquele momento, os custos eram suportados pelas entidades patronais.

No que respeita à discussão e votação «artigo a artigo» remetemos, na íntegra, para o [relatório de discussão e votação na especialidade](#), publicado na [página da iniciativa](#), no *site* do Parlamento.

No final da votação, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) lamentou a rejeição por parte do GP do PS de todas as propostas de alteração apresentadas por outras forças políticas, salientando que aquelas eram propostas que correspondiam à iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), e, portanto, à vontade do povo açoriano. O Senhor Deputado Francisco César (PS) reiterou a posição inicial sobre o objetivo do GP do PS não ser o de retirar o mérito à proposta inicial, vinda da ALRAA, mas sim resolver o problema, assinalando que a solução preconizada pelo projeto de lei do GP do PS tinha merecido aprovação unânime. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) disse que o estava em causa não era uma questão de mérito, mas uma questão política. Salientou a não inclusão da procriação medicamente assistida na solução que fora aprovada e chamou a atenção para a discordância entre o GP do PS da Assembleia da República e o GP do PS da ALRAA.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

5. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

A)

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição, com caráter de urgência, dos anteriores Provedor e Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho e João Pedro Correia, bem como da anterior Administradora, Filipa Klut, sobre «os factos e acontecimentos que deram origem à atual situação problemática da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa»;

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) apresentou o [requerimento](#), salientando as declarações que tinham vindo a público do anterior Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Edmundo Martinho, e que, nas suas palavras, colocavam em causa a posição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), o que fundamentava a necessidade de realização das audições ora requeridas. O Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) começou por afirmar que a vontade do GP do PS era apurar toda a verdade e não apenas uma parte. Recordou as audições da atual Provedora da SCML e da MTSSS, bem como a auditoria em curso relativa à situação financeira da instituição, sublinhando que, apenas quando fossem conhecidas as conclusões da referida auditoria, seria possível ter uma ideia real do sucedido e, dessa forma, decidir sobre as audições propostas. Questionou qual seria o conteúdo das audições, uma vez que ainda não era conhecido o relatório da auditoria, e disse que o GP do PS avaliaria posteriormente, após divulgação do relatório, da necessidade de avançar com outras audições. O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) anunciou que o respetivo GP iria acompanhar o requerimento do GP do PSD e disse não ser exequível continuar a aguardar pela divulgação das conclusões do relatório da auditoria.

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) retomou o uso da palavra para recordar as declarações da MTSSS, em audição, dizendo que tinha sido desautorizada nos poderes que havia conferido à SCML, defendendo que essas suspeitas avançadas pela própria justificavam a audição do anterior Provedor e demais entidades envolvidas, até por respeito para com o princípio do contraditório. Acrescentou, ainda, que ao inviabilizar as audições propostas, o GP do PS retirava credibilidade às declarações da MTSSS. Por fim, comunicou que o GP do PSD iria apresentar um requerimento potestativo de conteúdo idêntico aquele que estava em apreciação. Ao dar essa informação, foi elencando as entidades, bem como os cargos que atualmente exercem enquanto



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

dirigentes públicos, sublinhando que, nessa qualidade, podiam ser ouvidos potestativamente, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 104.º, conjugado com o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 102.º do Regimento da Assembleia da República. As entidades anunciadas foram as seguintes:

- Ex-Vice-Provedor da SCML e atual Vogal do Conselho de Administração da Docapesca – Lotas e Pesca, S.A., João Pedro Correia;
- Ex-Administradora e atual Consultora Jurídica da SCML, Filipa Klut;
- Atual Vice-Provedora da SCML e ex-Vogal da Mesa da SCML com o pelouro do património, Ana Vitória Azevedo.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) começou por informar que o respetivo GP votaria favoravelmente o requerimento em apreço, referindo, depois, as dificuldades em entender a posição do GP do PS, uma vez que as pessoas cuja audição era proposta já tinham emitido declarações públicas, aos órgãos de comunicação social, pelo que fazia sentido serem ouvidos pelos Deputados, sobre os quais recaem obrigações de fiscalização. O Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) fez nova intervenção afirmando que o requerimento do GP do PSD foi apresentado com base em factos relatados em notícias e reiterando que era necessário conhecer mais informação, designadamente a que resultaria do relatório de auditoria. Mais acrescentou que nunca estaria em causa a credibilidade das declarações da MTSSS, mas consideravam que era necessário aguardar pelos resultados da auditoria por forma a ter uma base de informação o mais completa possível, ao invés de «correr atrás de uma agenda mediática». O Senhor Deputado Francisco César (PS), a propósito do anúncio do GP do PSD de que iria apresentar um requerimento potestativo, fez uma interpelação à mesa, sugerindo que fosse pedido um parecer à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a interpretação a dar às disposições regimentais invocadas pelo GP do PSD, uma vez que lhe parecia que o requerimento anunciado «feria» o espírito daquelas normas. Assim o defendeu, por entender que as normas em questão determinavam a vinda de dirigentes públicos ao Parlamento para prestar esclarecimentos no âmbito das funções que exercem, e não relativamente a cargos anteriores. Em relação à sugestão do GP do PS, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) solicitou que fosse feito um levantamento de situações anteriores em que aquela realidade já tivesse ocorrido, dando um exemplo sucedido na presente Legislatura, da



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

vinda do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, que foi ouvido na qualidade de anterior Ministro da Defesa. Disse ainda que o GP do PS podia lançar mão dos «expedientes» que quisesse, contudo, o seu GP reservaria o direito de fazer uma interpretação dessas ações. Para nova intervenção, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) tomou a palavra, lembrando que qualquer entidade ou cidadão pode ser ouvida em Comissão, não existindo qualquer restrição para o efeito, havendo sempre a hipótese de a audição ser a convite, ao invés de se requerer a presença. Com referência ao exemplo dado pelo Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD), o Senhor Deputado Francisco César (PS) esclareceu que a vinda do Senhor Ministro João Cravinho não tinha tido origem um requerimento potestativo e reiterou as dúvidas anteriormente referidas sobre a interpretação das normas regimentais. Acusou, ainda, o GP do PSD de requerer novas audições a cada novo facto que surgia nas notícias, reiterando o entendimento de que só deviam ocorrer novas audições quando fosse conhecida toda a informação. Os Senhores Deputados Nuno Carvalho (PSD), José Moura Soeiro (BE) e Jorge Gabriel Martins (PS) reiteraram as posições expressas em intervenções anteriores, tendo o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) questionado se o GP do PS entendia que, independentemente dos desenvolvimentos ulteriores, sempre se justificaria a realização, no futuro, das audições propostas, ao que o GP do PS respondeu remetendo para avaliação posterior.

No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do GP do PS e os votos a favor do GP do PSD, do GP do CH, do GP da IL, do GP do PCP e do GP do BE.

B)

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição, com carácter de urgência, da Associação Profissional dos Trabalhadores das Pedreiras e da Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões do Instituto da Segurança Social, I. P., sobre a aplicação aos trabalhadores das pedreiras do regime jurídico de antecipação da idade legal de reforma;

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição, com carácter de urgência, da Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICCOM) e da Diretora de Segurança Social do Centro Nacional de Pensões do Instituto da Segurança Social, I. P., sobre «o regime específico de acesso à reforma antecipada sem penalização dos trabalhadores das pedreiras»;

A discussão dos dois requerimentos foi adiada para a reunião da semana seguinte, a pedido do GP do PS.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

6. Discussão e votação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura;

A presente discussão e votação foram adiadas para a reunião seguinte, a pedido do GP do PS.

7. Outros assuntos.

Não foi suscitada qualquer questão ou assunto.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria De Fátima Fonseca (PS)
Carla Madureira (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Bruno Dias (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Cerqueira (PSD)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 66/XV/ 2.ª SL

Paula Cardoso (PSD)